



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	MONITORAMENTO DE POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO RIO GRANDE DO SUL: ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 59/09 - OBRIGATORIEDADE DE MATRÍCULA NA PRÉ-ESCOLA
Autor	GISELE RODRIGUES SOARES
Orientador	MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES

A pesquisa enfoca as repercussões da Emenda Constitucional 59/09, no que se refere à obrigatoriedade de matrícula das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola. Tem como objetivo investigar o impacto desta alteração legal, no que se refere à demanda e à oferta de vagas em estabelecimentos de educação infantil, de forma a garantir o direito a primeira etapa da Educação Básica dentro dos padrões de qualidade estabelecidos na legislação educacional vigente. No âmbito da pesquisa, o monitoramento abrangerá o período 2009-2013, acompanhando esta realidade em um conjunto de sete municípios do estado, incluindo a Capital e mais seis cidades da Região Metropolitana com significativa demanda por atendimento. Os objetivos específicos da pesquisa são: (1) sistematizar dados sobre a demanda por novas vagas em creches e pré-escolas na série histórica investigada; (2) sistematizar dados sobre a oferta de vagas em creches e pré-escolas na série histórica investigada; (3) identificar quais políticas públicas cada município implementará de maneira a atender à determinação constitucional e universalizar a pré-escola até 2016. Este estudo apresenta um recorte da pesquisa, para o qual foram sistematizados dados acerca da realidade de demanda e oferta de vagas no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, dentro da série histórica 2005-2011, com o objetivo de permitir análise da situação da Capital em relação ao estado e destes em relação ao País. A metodologia do estudo envolveu levantamento de dados quantitativos, baseando-se em dois indicadores: dados demográficos referentes à população de até 6 anos de idade (IBGE, 2010) e dados educacionais, informando matrículas na creche e pré-escola (INEP, 2012). A revisão da literatura (FARENZENA, 2010; CAMPOS, 2010, 2011) resgata a trajetória histórica recente de ampliação da faixa etária de escolarização obrigatória no Brasil, destacando, contudo, a ausência de financiamento adequado, assim com de políticas de equidade, que oportunizem o acesso a esse direito para aquelas camadas da população historicamente excluídas. Abrahão (2010) analisa os gastos públicos em educação nas últimas décadas, evidenciando a sobrecarga para os gestores municipais a partir da obrigatoriedade da pré-escola, uma vez que de acordo com a Constituição Federal de 1988, as novas vagas devem ser criadas, prioritariamente, em âmbito municipal. As conclusões feitas a partir da análise dos dados mostraram: (1) houve uma diminuição significativa da demanda na etapa pré-escola com a Lei Federal nº 11.274/06 que amplia o ensino fundamental para nove anos, o que retirou da responsabilidade da Educação Infantil uma parcela considerável de crianças; (2) evidenciou-se que a participação das redes estaduais e federais é pouco expressiva no que diz respeito ao atendimento à Educação Infantil, de acordo com a tendência da municipalização da oferta na creche e na pré-escola no Brasil, no Rio Grande do Sul e na Capital gaúcha; (3) houve uma significativa redução na natalidade no Brasil, o que também repercute na diminuição de demanda nos três âmbitos analisados. De acordo com as metas do PNE 2001-2010 para a etapa creche, os três entes federados em análise encontram-se abaixo da meta de 50% de atendimento estipulada, a saber: Brasil (20,93%), Rio Grande do Sul (23,01%) e Porto Alegre (31,95%). O percentual de matrículas na etapa pré-escola no grupo analisado evidencia que, em relação à meta de 80% de ampliação do atendimento até o final da década, apenas o Brasil a atingiu (80,23%). Não atingiram a meta o Rio Grande do Sul (63,39%) e Porto Alegre (67,76%), o que vem confirmar o objetivo desse estudo no que se refere à preocupação com a universalização da pré-escola até 2016.